

CACS FUNDEB

Conselho de Acompanhamento
e Controle Social do FUNDEB

Pauta da 2ª Reunião Extraordinária do CACS FUNDEB – 2025

Data: 19 de agosto de 2025

Horário: 9h30

Ordem do dia: Análise e apreciação da execução orçamentária dos recursos do FUNDEB, referente ao terceiro bimestre do exercício financeiro de 2025.

Ata da 2ª Reunião Extraordinária do CACS FUNDEB – 2025

1 No décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e
2 trinta minutos, na sala plenária do CACS FUNDEB Recife, situada na Avenida Visconde de
3 Suassuna, nº 141, bairro de Santo Amaro, realizou-se a 2ª Reunião Extraordinária do
4 Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Recife. Na
5 ocasião, registraram presença os seguintes conselheiros: Bruna Raphaele da Silva
6 Santana Oliveira, presidente; José de Souza Ferraz Neto, vice-presidente; Anailse Moura
7 dos Santos; Bruno Jhonnatas Santos de Oliveira; Edgar Pedro de Lima e Silva; Jorge
8 Roberto Cavalcanti Silva Costa Sousa; e Renata Muniz Valério da Silva. Em comum acordo
9 com os membros do colegiado, ficou deliberado que as atas das reuniões anteriores serão
10 disponibilizadas no grupo de WhatsApp, de modo a agilizar o andamento da sessão,
11 considerando que os conselheiros estavam envolvidos em outras demandas. Além disso,
12 participou da reunião, na qualidade de convidado, o senhor Jairo Rocha e Charlanderson
13 Silva, representantes da Secretaria de Educação do Recife, que compuseram a mesa da
14 plenária. **Ordem do dia** Durante a sessão, o representante da SEDUC procedeu à
15 apresentação detalhada da execução orçamentária do FUNDEB, referente ao terceiro
16 bimestre do exercício financeiro de 2025. Informou-se que a receita arrecadada no período
17 em análise totalizou R\$ 122.000.292,15 (cento e vinte e dois milhões, duzentos e noventa
18 e dois reais e quinze centavos), proveniente da arrecadação de tributos diversos. Entre as
19 principais fontes destacam-se: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no montante
20 de R\$ 56.674.507,70 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil,
21 quinhentos e sete reais e setenta centavos); o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e
22 Serviços (ICMS), com arrecadação de R\$ 49.974.505,69 (quarenta e nove milhões,
23 novecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e nove centavos);
24 o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI Exportação, no valor de R\$ 156.631,87
25 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos); o
26 Imposto Territorial Rural (ITR), com R\$ 1.880,39 (um mil, oitocentos e oitenta reais e trinta
27 e nove centavos); o Valor Aluno Ano do FUNDEB (VAAF), que registrou R\$ 11.875.769,25
28 (onze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e vinte
29 e cinco centavos); o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), no
30 montante de R\$ 2.986.930,18 (dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil, novecentos e
31 trinta reais e dezoito centavos); e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação
32 (ITCD), com R\$ 330.067,07 (trezentos e trinta mil, sessenta e sete reais e sete centavos).
33 Ressalte-se que, a exemplo do bimestre anterior, não houve registro de ingresso de valores
34 referentes ao auxílio financeiro do FPM/FPE, bem como não se verificou repasse do VAAR
35 no período em questão. Em seguida, foram apresentados os rendimentos das aplicações
36 financeiras, que totalizaram R\$ 586.699,08 (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e
37 noventa e nove reais e oito centavos). Quanto à execução das despesas, foi informado que
38 as despesas correntes do terceiro bimestre somaram R\$ 122.063.147,24 (cento e vinte e
39 dois milhões, sessenta e três mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos),
40 das quais R\$ 103.642.045,03 (cento e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil,

CACS FUNDEB

Conselho de Acompanhamento
e Controle Social do FUNDEB

41 quarenta e cinco reais e três centavos) foram destinadas à folha de pagamento de pessoal
42 e encargos sociais, enquanto R\$ 18.421.102,21 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte e
43 um mil, cento e dois reais e vinte e um centavos) foram alocadas às demais despesas
44 correntes. Dessa forma, o percentual da despesa executada em relação ao total arrecadado
45 correspondeu a 77,40% no que se refere à categoria de Pessoal e Encargos Sociais e a
46 15,09% no tocante às demais despesas correntes. Por sua vez, considerando-se a relação
47 entre a despesa executada e o total liquidado, os percentuais observados foram de 83,68%
48 e 16,32%, respectivamente. Ao final da exposição, foi apresentado o superávit orçamentário
49 registrado no valor de R\$ 6.054.994,21 (seis milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e
50 noventa e quatro reais e vinte e um centavos). Considerando o acumulado da receita
51 arrecadada até o terceiro bimestre, no montante de R\$ 368.671.610,99 (trezentos e
52 sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e dez reais e noventa e
53 nove centavos), somado aos rendimentos de aplicação financeira, no valor de R\$
54 1.587.142,86 (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e dois reais e
55 oitenta e seis centavos), o total arrecadado até o período foi de R\$ 376.313.748,06
56 (trezentos e setenta e seis milhões, trezentos e treze mil, setecentos e quarenta e oito reais
57 e seis centavos). Com base nesses dados, constatou-se que o saldo não aplicado até o
58 encerramento do terceiro bimestre perfaz R\$ 28.259.765,90 (vinte e oito milhões, duzentos
59 e cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos). A
60 Presidente apresentou suas desculpas pela alteração da data da reunião, a qual se fez
61 necessária em razão da urgência na análise e apreciação das contas. Desse modo,
62 destacou que tem ciência de que a mudança pode ter gerado dificuldades aos conselheiros,
63 considerando os compromissos previamente assumidos, mas ponderou que a medida foi
64 imprescindível para garantir a observância dos prazos legais, pois a não realização
65 tempestiva da reunião poderia acarretar prejuízos à liberação de recursos do FUNDEB.
66 Registrou-se a apresentação do contador Jairo, que comunicou a recente mudança na
67 equipe responsável pelas exposições ao Conselho. Informou, também, que foi realizada
68 uma pequena alteração no IPI de exportação, em resposta aos questionamentos suscitados
69 na reunião anterior. Nesse contexto, explicou que a discrepância verificada no segundo
70 bimestre decorreu de um lançamento equivocado pela contabilidade geral do município,
71 quando valores que deveriam ter sido registrados no FPM foram indevidamente alocados
72 no IPI. Ressaltou que, sob a perspectiva contábil, tratou-se apenas de um erro de
73 classificação da receita, sem comprometimento do volume total de recursos, uma vez que
74 tanto o FPM quanto o IPI pertencem à fonte 540, não configurando, portanto, prejuízo
75 financeiro. Posto isso, sinalizou que as devidas correções já foram implementadas. No
76 tocante ao VAAR, pontuou que toda a arrecadação registrada no exercício de 2025 refere-
77 se, de fato, ao exercício de 2024. A conselheira Anailse indagou se, à luz dos recursos
78 disponibilizados pelo FUNDEB, houve redução no contingente de pessoal terceirizado,
79 observando que as manifestações e reclamações desse segmento têm sido
80 acompanhadas, inclusive por meio do grupo de gestores. Jairo respondeu que não houve
81 redução no número de terceirizados, frisando que, dentro do universo contratual, não se
82 observa variação relevante. Nesse sentido, enfatizou que a alocação de recursos decorre
83 de uma decisão orçamentária, podendo ser utilizados valores provenientes do FUNDEB ou
84 de fonte própria do Tesouro. Acrescentou, ainda, que nem todos os terceirizados são
85 remunerados com recursos do FUNDEB, de modo que eventual diminuição no valor não
86 acarreta impacto direto sobre o orçamento ou quantitativo de funcionários. Adicionalmente,
87 advertiu que o superávit foi ajustado em razão de restos a pagar que não haviam sido
88 considerados previamente. Na sequência, detalhou a diferença entre receita liquidada e
89 receita efetivamente. O vice-presidente recomendou que o correto seria apresentar o

CACS FUNDEB

Conselho de Acompanhamento
e Controle Social do FUNDEB

90 percentual com base nos valores efetivamente pagos, uma vez que essa metodologia
91 reflete o montante real. Jairo afirmou que, no âmbito da despesa pública, uma vez realizada
92 a liquidação, a despesa passa a ser considerada como reconhecida a partir do empenho
93 correspondente, portanto, a obrigação já se encontra formalmente registrada, mesmo que
94 o pagamento ocorra no exercício seguinte e seja contabilizado como restos a pagar, sendo
95 impossível cancelar ou desfazer a despesa após seu devido reconhecimento contábil. A
96 conselheira Anailse registrou não identificar qualquer problema, ressaltando que, a partir
97 do momento em que a despesa é liquidada, já há disponibilidade de recursos em caixa para
98 o seu pagamento. A presidente propôs que fossem apresentados ambos os percentuais,
99 correspondentes aos valores pagos e aos valores liquidados. Jairo acatou a sugestão
100 apresentada. Os conselheiros manifestaram agradecimento e consideraram a
101 apresentação de Jairo didática. A conselheira Anailse questionou os motivos pelos quais o
102 município de Recife não vem recebendo o VAAR, destacando que tal situação poderá
103 acarretar uma perda acumulada estimada em aproximadamente R\$ 13 milhões. Assinalou
104 que aguardará a apresentação da justificativa para a discrepância identificada e, em razão
105 disso, seu voto será registrado com ressalva. Requereu, ainda, que constasse em ata sua
106 solicitação pela criação das comissões, a qual, até o presente momento, não foi atendida.
107 A seguir, refletiu sobre a efetividade de determinadas formações, considerando que, em
108 sua avaliação, pouco se altera na prática. A conselheira reiterou que o VAAR configura um
109 equívoco e indagou sobre a responsabilidade pelos erros ocorridos e sobre as medidas que
110 estão sendo implementadas para sua correção. O conselheiro Jorge expressou
111 concordância com a posição da conselheira Anailse. Apesar de seu afastamento atual,
112 realçou o interesse em ampliar e aprofundar seus conhecimentos, evidenciando seu
113 compromisso com as atividades do Conselho. O conselheiro Bruno expôs que a criação
114 das comissões não encontrou resistência por parte da maioria dos membros. Entretanto,
115 indicou que, em reunião extraordinária, não houve quórum suficiente para deliberar sobre
116 a forma de organização das comissões. Complementou que a dimensão das escolas, da
117 folha de pagamento e do contingente de terceirizados em Recife é consideravelmente
118 superior àquela relatada por outros municípios que compartilharam experiências em
119 congressos, nos quais conseguem efetuar acompanhamento in loco. Por fim, comunicou
120 que, à época da proposição, das duas comissões foram escolhidas. A conselheira Anailse
121 relatou que não pôde participar da reunião extraordinária citada, porém, na última reunião,
122 percebeu que havia a impressão de que determinada atividade exigiria maior esforço,
123 embora todos já assumam a responsabilidade correspondente. Reconheceu, ainda, que
124 sua percepção anterior pode ter sido equivocada e retificou que a medida adotada confere
125 maior legitimidade às ações do Conselho. A presidente declarou que, de fato, não se havia
126 decidido que determinada ação não seria realizada; contudo, ponderou que talvez a posição
127 adotada poderia ter sido interpretada de maneira distinta. À vista do exposto, avaliou que,
128 na data em que a pauta foi discutida, os conselheiros estavam presentes e empenhados
129 em analisar e deliberar da forma mais adequada possível, considerando as circunstâncias.
130 Concordou, ainda, com a necessidade de melhorias e de constante aperfeiçoamento do
131 Conselho; entretanto, corroborou que, ao longo do processo, têm sido encaminhadas
132 dúvidas, provocada a Secretaria de Educação e obtidas respostas, o que tem permitido
133 avanços significativos na condução dos trabalhos. Ademais, admitiu que não dispunha de
134 informações acerca do VAAR e sugeriu que a conselheira Anailse, enquanto membro do
135 Conselho, pudesse compartilhar tais dados com o grupo, de modo a permitir maior
136 esclarecimento e discussão fundamentada. Considerou, ainda, que a discrepância
137 identificada possivelmente decorreu do não cumprimento de uma das condicionalidades
138 para o recebimento, conforme oportunamente informado pela conselheira Anailse. Por fim,

CACS FUNDEB

Conselho de Acompanhamento
e Controle Social do FUNDEB

139 enfatizou que, com as informações agora disponíveis, o Conselho poderá adotar as
140 providências necessárias, sublinhando, de forma enfática, a relevância de se contar com
141 dados precisos e atualizados, a fim de assegurar o acompanhamento efetivo das demandas
142 e a tomada de decisões fundamentadas e responsáveis. **Voto:** O Conselho Municipal de
143 Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Recife, após proceder à análise das
144 informações encaminhadas pela Prefeitura do Recife referentes à execução orçamentária
145 do terceiro bimestre de 2025, emitiu parecer favorável à apreciação das respectivas contas.
146 **Informes** Conforme deliberado pelo colegiado, foram oficialmente designados os
147 representantes do CACS FUNDEB Recife para participação no **XVI Seminário Estadual**
148 **da UNCME-PE 2025**, a realizar-se no período de 19 a 22 de outubro de 2025, na cidade de
149 Triunfo, Pernambuco, com atividades previstas no Auditório do Centro Pedagógico Dr. João
150 Antas Florentino. Foram escolhidos, para compor a delegação, os seguintes conselheiros:
151 Anailse, Bruna, Bruno, José Neto, Renata e Tamyres. Nada mais havendo a tratar, a
152 presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Recife,
153 Bruna Raphaele da Silva Santana Oliveira, encerrou a reunião, e eu, Tamyres Gomes
154 Cabral, secretária desta reunião plenária, encerrei e lavrei a presente ata, que será por mim
155 assinada e pelos conselheiros presentes.